



DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO ESPAÇO URBANO: construindo a luta pelo direito à cidade

Ana Cristina Oliveira de Oliveira

Francine Helfreich dos Santos

Maiara Fernandes da Silva

Sara dos Santos Campos

Vitoria de Souza Campos

RESUMO

Este artigo é resultado de um conjunto de reflexões produzidas fruto do trabalho e extensão universitária de assessoria técnica interdisciplinar aos movimentos sociais urbano do Fórum de Luta pela Moradia de Niterói na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apresenta elementos conceituais e empíricos para compreender o “desenvolvimento geográfico desigual” em curso e clivagem no acesso desigual social e racial à moradia a partir da (re) produção contraditória do espaço urbano. Analisa os espaços urbanos populares no processo de construção de resistência na luta de classes. Conclui explicitando a relação entre desenvolvimento do capitalismo e a urbanização marcada pelas lutas sociais e resistências pelo direito à cidade.

Palavras-chave: desenvolvimento capitalista; desigualdade; moradia; espaço urbano e lutas sociais.

ABSTRACT

This article is the result of a set of reflections produced as a result of the university extension work of interdisciplinary technical assistance to the urban social movements of the Housing Fight Forum of Niterói in the perspective of the inseparability between teaching, research and extension. It presents conceptual and empirical elements to understand the ongoing “unequal geographic development” and the cleavage in social and racial unequal access to housing based on the contradictory (re)production of urban space. Analyzes popular urban spaces in the process of building resistance in the class struggle. It concludes by explaining the relationship between the development of capitalism and urbanization marked by social struggles and resistance to the right to the city.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





Keywords: capitalist development, inequality, housing, urban space and social struggles.

1. INTRODUÇÃO

O texto em tela propõe problematizar a experiência em curso da construção de luta e resistência em relação ao direito à cidade no Fórum de Lutas pela Moradia na cidade de Niterói. Partindo das prerrogativas legais em curso, a concretização do direito à moradia no Brasil não se materializou para toda a população e, gradativamente, o espaço urbano popular foi se construindo com a presença de moradias precárias na forma de “casa inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes.” Maricato (2015, p.105).

A cidade de Niterói, local onde o Fórum ocorre, é considerada uma das cidades com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas tem na habitação um dos maiores indicadores de desigualdade social. Conforme o relatório da ONU Habitat (2020) trata-se de mais de quarenta (40) loteamentos ilegais e 203 assentamentosⁱ onde parte da cidade não possui a segurança da posse, assim como as condições mínimas de vida. Assim, o texto pretende apresentar elementos que caracterizam o aspecto desigual que se expressa na forma como a cidade foi constituída.

A proposta concentra-se em analisar a experiência do projeto interdisciplinar de extensão universitária desenvolvido pelo *Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos–NEPHU*ⁱⁱ que se propõe a congregar movimentos sociais e mobilizar moradores e lideranças de territórios populares que reivindicam o direito à cidade desde 2017, período em que o Plano Diretor da cidade de Niterói estava sendo debatido por um conjunto de lideranças comunitárias que na época se grupalizaram para formar o Fórum.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





Para tanto, o texto apresentará algumas problematizações enfatizando a desigualdade social e racial do acesso à moradia a partir da (re) produção contraditória do espaço urbano, vinculado ao processo de exploração capitalista. Entendendo este processo como um elemento estruturante e que, ao relacioná-la com o “desenvolvimento geográfico desigual,” são criados espaços segregados e se definem um lugar ou um não lugar da moradia dos “negros” na cidade, e que estes hoje são aqueles que estão nos processos de luta pelo direito a cidade. Ademais, apresentaremos a experiência de extensão universitária na perspectiva metodológica da educação popular a partir da crítica da economia política, mediado por um contexto de pandemia que reflete o lugar da luta anticapitalista em tempos de aceleração e aprofundamento da crise do capital.

2. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESIGUALDADE SOCIAL E RACIAL DO ESPAÇO URBANO

O espaço urbano como fruto da contradição social capital/Trabalho na dinâmica das relações sociais, conforma como um espaço privilegiado de um amplo campo de lutas sociais, “fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes”. (CORREIA, 2002, p.8). Um espaço de conformação da precarização das condições de vida e do trabalhoⁱⁱⁱ das classes subalternas que resistem objetivamente à exploração, ao despejamento e à depredação intensificadas na acumulação flexível.

Para entender a atual política de habitacional no Brasil é importante apurar o cenário no qual está inserida, considerando os avanços e retrocessos dos direitos sociais que se processam na dinâmica das relações sociais dentro do espaço urbano no modo de produção capitalista. Para tanto, compreender a partir das contradições dos interesses antagônicos que a dicotomia capital/trabalho reflete nesses espaços. Capitanear os processos que levam aos avanços das lutas pela moradia, significa reconhecer o conjunto da luta popular ao se construir o modelo de cidade burguesa



atual. Portanto, entender o modelo de cidade burguesa impõe apreender que este é um campo extenso de lutas sociais e a população negra, como sujeitos históricos do capitalismo dependente no Brasil, estão diretamente envolvidos nos desdobramentos do racismo estrutural incidindo no acesso e uso do espaço urbano como um direito social.

Partimos da compreensão que é na propriedade privada que se encontra a raiz das classes sociais e por ela que se determinam as relações sociais de produção. Um ponto marcante desse fato é o período que Marx (2005) chamou de “A acumulação primitiva”^{iv} com uma base legal sanguinária conformada numa expropriação das terras camponesas, potencializando o êxodo rural, como parte da gênese do Estado Moderno

A primeira teria desempenhado o papel de descortinar horizontes, fronteiras e arenas para acumulação, disponibilizando terreno renovado ao processo de auto-valorização permanente de capital, desbravando novos *loci* de rentabilidade. Já a segunda cumpriria a função de expropriação de espaços já existentes, predando-os (devastando e desvalorizando ativos, nichos de mercado, patrimônios etc.) para engendrar oportunidades lucrativas capazes de absorver excedentes de capitais não empregados. (BRANDÃO, 2010, p.7).

Interessa também a estrutura racista do capitalismo dependente como pano de fundo da política habitacional brasileira, tendo em vista que o processo de acumulação originária se deu baseado em subjugações e escravidão (GONÇALVES, 2017). Dialogando com Moura (1987, p.38) o Brasil apresenta determinações no modo de produção escravista que na relação com os demais países desenvolvemos “em decorrência do seu longo tempo de duração, a permanência de traços e restos da formação escravista na estrutura de sociedade brasileira atual”.

Apesar do avanço da modernização no modo de produção escravista do capitalismo monopolista, “a economia se regionaliza, a urbanização se acentua, mas as relações escravistas e as suas instituições correspondentes, finalmente, a estrutura social conserva-se intocável”. (MOURA, 1987, p. 53).



Acerca da expropriação de espaços já existentes, “acumulação por espoliação”, o autor Carlos Brandão (2010) refere as características que se aproximam do perfil das políticas de moradia no Brasil se apresentam nas seguintes formas:

A expropriação e supressão de camponeses, de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias. A geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade. Os subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais etc.). O uso do território e de seus recursos minerais, água, energia etc. até exaurí-los. A apropriação do espaço urbano (de sua intra e inter urbanidade) como locus privilegiado da acumulação espoliativa. Estes e muitos outros, são mecanismos permanentes de expropriação, sustentados muitas vezes por Estados e organismos internacionais. (BRANDÃO, 2010, p.7).

Para esta parcela de população negra as possibilidades de aquisição da propriedade privada eram reduzidas. A divisão social do trabalho, portanto, agudizado pelas particularidades de dependência acaba por configurar o proletariado brasileiro à um regime de superexploração e, de forma intensificada, de superexploração sobre o proletariado negro.

A imposição de uma divisão racial trabalho determinada por um projeto de embranquecimento, com o trabalhador branco livre imigrante, colocava em desigualdade a inserção no mercado de trabalho assalariado. Com isto, aponta para uma precarização das condições de vida e trabalho da parcela da população negra com consequências nas ocupações dos postos de trabalho e ocupação territorial.

Neste ideário burguês, sob uma égide desigual social e racial, o espaço urbano expressa diretamente a luta de classes, sendo o palco de violência, greves, manifestações, lutas por moradia digna, por saneamento básico entre outras pautas. lutas sociais naquilo que Harvey (2014) afirma ser o direito à cidade e fruto da política habitacional desigual.

3. NOTAS SOBRE O DIREITO À CIDADE E OS ESPAÇOS URBANOS POPULARES E PERIFÉRICOS

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





O debate sobre o direito à cidade, conforme Harvey (2014) vem realizando, é considerado por ele ao mesmo tempo uma queixa, e uma exigência já que a crise devastadora que atravessa a vida cotidiana da cidade é algo indiscutível. O Estado enquanto “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa” (MARX e ENGELS, 2008, p.14) evidencia a reprodução das relações sociais que se expressam na forma desigual como as políticas públicas são desenhadas na cidade. O que só reitera que, há uma íntima ligação entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2014, p.30). Neste sentido, a cidade transforma-se em mercadoria. A cidade apropriada pela dinâmica capitalista para ser o lócus onde a acumulação se processa expressa o desejo do capitalista de acumular riquezas em detrimento da construção de uma cidade na qual o interesse social e coletivo sejam prioridade. Com a apropriação privada dos meios de produção, uma grande parcela da classe trabalhadora, em especial os trabalhadores negros, por exemplo, ocupam geralmente áreas de interesse de valor menor. Segundo (MARICATO, 2015, p. 23) “a cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central” sofre com os processos de expropriações, articuladas pelo poder público.

Para ilustrar as desigualdades sociais e raciais nos espaços urbanos populares, destacamos a reflexão construída por Harvey (2004). Segundo o autor, ancorado na tese do desenvolvimento desigual e combinado, o mesmo aponta que o capitalismo jamais sobreviveria sem seus ajustes espaciais, pois a “produção do espaço geográfico é fundamental e intrínseca na dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes” (HARVEY, 2004, p.81). O que ocorre é que as áreas centrais das cidades são habitadas por aqueles com maior poder aquisitivo e as áreas periféricas pelos demais. Nesta mesma chave de análise, Corrêa (2002) apresenta dois tipos de urbanização: status e popular. A primeira corresponde a um espaço explorado pela especulação imobiliária, no qual, os serviços públicos funcionam de forma efetiva. Já o segundo corresponde aos espaços negligenciados pelo Estado, que em geral são os espaços periféricos. Na dinâmica de ocupação da cidade capitalista, a urbanização “periférica”, segundo o autor, o formato de ocupação desses



espaços condiz com territórios sujeitos a desastres naturais, pois geralmente estão localizados próximos a zonas industriais, além de uma oferta precária de serviços públicos, relegando a esta população locais inapropriados para a construção de moradias.

Em síntese, os espaços urbanos populares e periféricos constituem-se em moradia precária para grandes segmentos da classe trabalhadora por se apresentarem como alternativas mais baratas, porém, em péssimas condições estruturais e geralmente com difícil acesso ao transporte público e /ou possibilidades de deslocamento dentro da cidade. Além desses elementos, o modelo de cidade burguesa em áreas de favelas e bairros populares se mantém por meio da violência estatal como mecanismo de controle e dominação. Portanto, a cidade tal como ela é hoje, não faz mais nenhuma relação com o sentido emancipatório proposto pela modernidade burguesa. A cidade hoje, nada mais se aproxima ao prestígio que lhe coube na Grécia, como o espaço da construção da democracia e da civilidade. (PORTO GONÇALVES, 2008).

Para avançar no debate do direito à cidade com referência a cidade de Niterói, traçamos algumas considerações sobre este território. Niterói é historicamente conhecida como a “cidade sorriso”. É a cidade com maior Índice de Desenvolvimento Humano^v na escala estadual e nacional – é o sétimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto de todo o país. A cidade de Niterói, portanto, concentra, de acordo com o último dado do IBGE (2018), um Produto Interno Bruto (PIB) per capita estimado no valor de R\$ 78.854,60 na relação com o país que registrou em 2017 um PIB R\$ 6.559,9 bilhões.

Cercada por belezas naturais, conta com uma ampla oferta de serviços. É a segunda cidade que mais recebe recursos oriundos de royalties do petróleo, de acordo com os dados da Prefeitura de Niterói com R\$1,068 bilhão em 2020. Entretanto, detém um grande índice de desigualdade social. Esta se expressa, na forma como o lixo é coletado nos diferentes bairros, na oferta de serviços educacionais, na lógica que paira a mobilidade urbana entre outros.



Em contradição com os recursos apresentados, a “cidade sorriso” revela uma segregação racial, conforme o Mapa de Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (ONG Casa Fluminense, 2020). Conforme o Mapa, a violência urbana e policial, mostra que na cidade 60% de todas as mortes violentas ocorridas em 2019 foram cometidas por agentes policiais, de todas as vítimas da polícia, 88% eram negras, de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública que a ONG analisou. A pesquisa apresenta ainda que a polícia matou 125 pessoas no ano passado em Niterói e neste universo, 110 eram negras. Conforme Almeida (2019, p. 184) “o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia.”

Muitos conflitos provocados pelo poder público, se estabelecem principalmente em áreas de potencial valor comercial para turismo, e são processos atrelados a este interesse que geram as remoções e gentrificação^{vi}. A exemplo disso, temos visto durante a pandemia projetos urbanísticos na cidade como o “Retrofit”^{vii} e a revitalização da Orla de Charitas – bairro de grande poder aquisitivo em Niterói. Ambas propostas representam a necessidade do Estado em atender as demandas de um discurso favorável à economia em detrimento da situação emergencial que as comunidades vêm enfrentando, sobretudo, durante o período pandêmico do Sars-Cov 2 (COVID 19).

Assim, o sucesso que a implementação de políticas de valorização do capital como as acima citadas obtém se expressa no antagonismo onde as políticas de habitação atreladas a políticas urbanização conforme assegurados constitucionalmente, são afastadas dos debates num ato de silenciamento dos movimentos de resistência como um recurso desmobilizador que visa à manutenção da dominação.

Neste contexto, as lutas sociais surgem como forma de resistência à maneira como o Estado nega à classe trabalhadora o direito à cidade e a, por conseguinte, moradia digna. A moradia, no capitalismo, é um campo de disputa entre ser de direito



e ser um serviço/mercadoria alvo da negociação da iniciativa privada. No caso da experiência em curso, o Fórum de Luta pela Moradia de Niterói vem cumprindo um papel importante no sentido de grupalizar pessoas, unificar pautas e construir pontes entre lideranças, movimentos e sujeitos políticos.

3. O FÓRUM DE LUTAS POR MORADIA DE NITERÓI: resistências, mobilização popular e formação política

O Fórum de Luta por Moradia representa a construção de resistências e ações que colocam em cheque o projeto hegemônico em curso para a cidade. Nesta direção,

A direção social, técnica e política das ações é possibilitar, a partir das demandas apresentadas pelos integrantes do Fórum, a realização de ações que fortaleçam o processo de mobilização e a garantia de direitos dos trabalhadores. Além disso, aprofundar o debate sobre a questão urbana, direitos sociais e as formas de resistência e organização dos trabalhadores pela educação popular, ratificando, em especial, o papel da Universidade Pública socialmente referenciada, em relação às demandas reais da classe trabalhadora e às expressões da questão social. (OLIVEIRA; BIENENSTEIN, 2021, p. 246).

O Fórum constituído majoritariamente por mulheres negras possui uma média de 50 participantes por reunião. Esse grupo é formado por representantes e moradores de diversas comunidades, movimentos sociais e lideranças de Niterói que se reúnem quinzenalmente via videoconferência, devido a pandemia do Sars-Cov 2 (COVID 19). Nas reuniões são discutidas e tratadas as questões trazidas pelos próprios participantes.

debate sobre a questão urbana e direitos sociais e as formas de resistência e organização dos/das trabalhadores/as; formação política com grupos sociais, movimentos sociais e familiares do Fórum de Luta por Moradia; oficinas temáticas e demandas no Fórum, entre eles, educação, regularização fundiária, saneamento básico, remoção, deslizamento, direitos previdenciários, direitos da criança e adolescente, direitos da família e direitos trabalhistas, direitos e benefícios sociais, enfrentamento ao COVID-19 e favela (OLIVEIRA e BIENENSTEIN; 2020; p.246-247).

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





No horizonte da construção das lutas de resistência, o Fórum de Luta por Moradia demarca a contribuição como parte ativa, dinâmica e persistente. Assim, a construção e vivência de assessoria técnica ao Fórum envolve, portanto, sistematização de pautas, elaboração de Planos Populares de Regularização Fundiária, cursos de Extensão Universitária, Oficinas de Formação Política e Educação Popular e Direito à Cidade tendo como finalidade a prática educativa e formativa dos sujeitos integrantes levando em consideração os princípios do protagonismo, emancipação e coletividade. Outras atividades desenvolvidas também são “o mapeamento da realidade social; articulação institucional com fins de garantir acesso a direitos sociais e principalmente o trabalho de formação política através da realização de oficinas temáticas” (OLIVEIRA, 2021, p.16). O processo pedagógico desenvolvido pela assessoria técnica ao Fórum inclui a compreensão da totalidade sob o espaço urbano a realização de um mapeamento de conflitos.

No contexto da pandemia da SARs Cov-2 (Covid 19) foi percebido o aumento no índice de desemprego, e assim, surgiu mais uma necessidade: a da luta contra a fome. Com isso, outra atividade que abrange o Fórum é a construção da *Rede de Solidariedade Ativa* formada por vários movimentos sociais, partidos políticos e ativistas que tem como horizonte a segurança alimentar e após campanha de arrecadação, fornece cestas básicas, compreendendo que a luta por moradia digna, vai para além de um teto para morar. Registra-se a participação intensa de mulheres negras, que constroem o cotidiano da luta na cidade.

O Fórum fruto do avanço na rodada das desigualdades no país, vem refletindo a ascensão da pobreza e a estagnação da distribuição de renda entre homens e mulheres, e negros e brancos. As desigualdades de renda, raça e gênero são robustecidas, conforme o relatório País Estagnado um Retrato das Desigualdades Brasileiras (OXFAM, 2018) que aponta uma conjunção de indicadores negativos de um grave recuo do progresso social no país, apresentando um contraste de renda entre a população negra em relação à população branca, praticamente estagnada

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





desde 2011. Além da equiparação salarial entre mulheres e homens que recuou entre 2016 e 2017.

Como resultado deste crescimento tão desigual no topo, a relação entre rendimentos de mulheres e homens dentro do maior decil de renda regrediu de 69% para 60% entre 2016 e 2017, deixando mais distante a equiparação de rendimentos entre mulheres e homens no geral” (OXFAM, 2018, p. 22).

Segundo este relatório a equiparação de renda dos negros está estagnada desde 2011, no qual os “negros pobres ficaram ainda mais pobres, com redução de cerca de 2,5% de renda, enquanto brancos seguiram direção oposta, com incremento de quase 3% de renda” (Idem, p.20).

Assim, os negros, e em especial as mulheres negras na atualidade, amargam os piores cenários de indicadores sociais. Considerando uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro sobre o Déficit Habitacional (2020a), a centralidade de moradia caracterizada como déficit^{viii} está nas mulheres. Segundo o relatório desta pesquisa, em 2019 o crescimento da representação feminina representa aproximadamente 62% dos responsáveis por domicílios caracterizados como ônus excessivo com aluguel urbano no componente coabitação, elas eram 56%. Desta forma, evidencia-se que as mulheres que ocupam os espaços precários e encontram no Fórum a convergência na luta por um campo mais solidário e de adesões com comprometimento coletivo no contexto de opressões.

Há diversos desafios que impactam a mobilização, desafios esses que se intensificaram no período de pandemia e com o trabalho remoto. Reitera-se que a luta no Fórum pelo direito à cidade não se limita “apenas ao direito aos serviços públicos e à moradia, mas também o direito a um planejamento urbano que esteja voltado para a ampliação das condições de acesso aos benefícios da vida urbana.” (OLIVEIRA e BIENENSTEIN, 2020, p. 246) Nesse sentido, a resistência se faz por meio da participação ativa nas instâncias deliberativas do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, nas audiências públicas e nas reuniões quinzenais através de plataformas digitais.



As reuniões representam um importante espaço para a articulação política e além disso, permite a tentativa de desenvolvimento da educação popular. Ali são compartilhadas as experiências, pontuadas as demandas e debatidos questões relacionadas à urbanização e aos demais direitos sociais que deveriam estar articulados a ela. Em um contexto onde só é possível o trabalho remoto, é percebido o primeiro obstáculo: a dificuldade de acesso à internet e rede móvel e tempo de permanência como um fator importante que impacta diretamente na presença dos moradores, somado a carga horária extensa de trabalho, mas que atinge, de forma diferenciada, as pessoas negras conforme pesquisa abaixo. A realidade experienciada no Fórum reflete a precariedade da conexão da internet, conforme aponta o texto de Paulo Terso no *Le Diplomatique* (2021):

no tocante ao acesso à internet, não é de outro modo: apenas 33% das pessoas das classes D/E já utilizaram computador de mesa, notebook ou tablet, enquanto esses números são bem maiores nas classes C (62%), B (88%) e A (93%). A desigualdade se observa também no componente racial: somente 48% dos indígenas e 55% das pessoas pretas já utilizaram computador pelo menos uma vez na vida. Entre as pessoas brancas, o índice é de 63%. O tipo de dispositivo para acessar a rede é outro indicador da desigualdade: 75% de indígenas e 65% dos pretos e pretas utilizam a internet exclusivamente pelo celular, numa proporção superior à das pessoas brancas (51%). Quando acrescida a perspectiva de classe social, essa desigualdade se agrava ainda mais, já que 85% das pessoas das classes D/E têm apenas o celular como meio de uso da internet, uma diferença abissal para as demais: 61% na classe C, 26% na classe B e 11% na classe A.

Tais objeções contribuem para o enfraquecimento da luta, em um processo de desmobilização, que em um contexto de retrocessos e extração de direitos da classe trabalhadora, perpetua a ação da hegemonia burguesa no que tange ao controle social. Um marcador concreto do caráter emancipatório do Fórum é o processo de elaboração escrita conjunta e envio de carta aos vereadores de Niterói onde são listadas as demandas das comunidades pautadas pelos próprios moradores e suas lideranças comunitárias com a finalidade de romper com a relação entre figura política e população que se estabelece apenas durante o período das eleições.

Durante esse processo, além de analisar quais as demandas das comunidades de Niterói, foi necessário estabelecer as prioridades a serem pontuadas e com isso,



reforçar o princípio da coletividade. Para além disto, a participação do Fórum nas audiências públicas como parte da contramão da

tendência de implementação do processo de mobilização social e organização sem um posicionamento crítico dos profissionais sobre as contradições que conformam esses espaços constituídos por representantes da burocracia estatal e de segmentos da sociedade civil. Consequentemente, tal atuação aponta para a despolitização e cooptação das classes subalternas e contribui para a debilitação e inibição das formas de resistência e pressão em torno de seus interesses imediatos e históricos. (ABREU e CARDOSO, 2009, p. 600).

Portanto, o Fórum de Luta pela Moradia atua, apesar dos contratempos impostos pelo projeto hegemônico, empenhadamente pelo direito à cidade, moradia digna, participação ativa na esfera política se apropriando do processo de construção da cidade enquanto um espaço democrático.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade dos impactos da crise sobre a moradia, trabalho e vida da classe trabalhadora, em particular da população pauperizada e negra inscrevem-se na própria história do capitalismo brasileiro dependente. Ao encontrar a sua forma particular de exploração do trabalho, moldam-se as bases para tornar a precariedade de vida e trabalho uma dimensão inerente ao processo de expansão capitalista.

Neste texto, buscamos reconhecer que as condições históricas da produção e reprodução das relações sociais que constituem a estrutura da precarização habitacional para parcela da classe que vive do trabalho e está permeada pela exploração da força de trabalho incessante. Portanto, dar visibilidade a relação estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização; tal qual a desvalorização da força de trabalho expressa no desemprego estrutural, na precarização de vida e trabalho, no aumento da pobreza e na reprodução de

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





desigualdades sociais e raciais e na fragmentação da classe trabalhadora. Um cenário alimentado pela difusão de uma barbárie condicionada às exigências dos organismos internacionais para fomentar ajustes econômico-sociais e reformas políticas.

Nesta perspectiva, buscamos apontar a expressão da situação desigual de grande parte do segmento da classe trabalhadora e a consequente inserção subalterna no mercado de trabalho e nos espaços urbanos. Consideramos que apontar a convergência da desigualdade de classe, raça e gênero pode contribuir para validar a educação popular e a experiência da extensão universitária em assessorar movimentos sociais de base classista. No caso em particular o Fórum de Luta por Moradia em Niterói para construir pontes na produção do conhecimento e processos de resistência com potencialidades para promover a interação transformadora na defesa intransigente dos direitos humanos e todas as formas de opressão tendo como pressuposto o direito à cidade de forma universalizadora,

Diante do exposto, consideramos marcante relacionar o “desenvolvimento geográfico desigual,” às lutas e resistências que estão cada vez mais na ordem do dia. Convém apostar na capacidade organizativa-política dos trabalhadores/as para enfrentar os processos de precarização da vida, do trabalho e dos espaços urbanos populares e periféricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009. Pág..593-609.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





AMARAL, Angela S. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Revista Argumento**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 244-256, set./dez. 2018.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; ACSERLALD, Henri et al. (orgs.). (2010). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.

Metodologia do deficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019. Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2020a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.

Cartilha Metodologia do deficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019. Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2020b.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 1028-1082, jun. 2017.

HARVEY. David. **Espaços de Esperança**. São Paulo. Edições Loyola. 2004.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes** 1ª edição São Paulo, Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Indicadores IBGE Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes**. IBGE, Julho / Setembro 2018. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2018_3tri.pdf. Acesso em: 22.08.2021.

IBGE. **Cidades e Estados**. Niterói código 3303302. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/niteroi.html>. Acesso em: 22.08.2021.



MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. LIVRO II, capítulo XXIV. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

MELO, Paulo Victor e TERSO, Tâmara. Dificuldades no acesso à internet: expressões do racismo cultural. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 24 de março de 2021. disponível em : <https://diplomatique.org.br/dificuldades-no-acesso-a-internet-expressoes-do-racismo-estrutural/>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 17(N9 Especial),1987, p. 37-59.

OLIVEIRA, Ana Cristina O. de. **FORMAÇÃO POLÍTICA, EDUCAÇÃO POPULAR, DIREITOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**. Projeto de Extensão Universitária. EDITAL Edital Bolsa de Extensão 2021 - AÇÕES RENOVADAS. Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) / Universidade Federal Fluminense (UFF), SIGProj N°: 365587.2056.287904.15032021, 2021.

OLIVEIRA, Ana Cristina de Oliveira e BIENENSTEIN, Regina. Fórum de luta pela moradia em Niterói: uma experiência extensionista de Educação Popular em tempos de pandemia In: FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine. **Serviço social, favelas e educação popular em tempos de crise da capital**. Uberlândia: Navegando Publicações;2020. p.246-247.

OXFAM-Brasil. **Relatório País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras**, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado>. Acesso em 15.08.2021.



ONU-HABITAT. **Relatório Anual Habitat para a Humanidade Brasil**. Boa Vista, Recife (PE), 2020. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/> HYPERLINK "https://habitatbrasil.org.br/". Acesso em: 26.08.2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Reinvenção dos Territórios: a experiência*

ⁱ Em 2011 haviam 97 assentamentos na cidade de Niterói. (ONU-Habitat, 2011). Disponível em: https://habitatbrasil.org.br/?qclid=CjwKCAjw95yJBhAgEiwAmRrutKnhm6HZvWkAcFE3pp9ZIGvVqg3TDHxNrK0IDrDIWp5tIDLK7s2nIBoCzpEQAvD_BwE. Acesso em: 26.08.2021.

ⁱⁱ O NEPHU é um núcleo de apoio à extensão e à pesquisa, ligado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF), cuja experiência em assessoria técnica, iniciada em 1983, se realiza desde 2017 ao Fórum de Luta pela Moradia de Niterói e ao Conselho Popular da cidade do Rio de Janeiro, por uma equipe de docentes e discentes dos cursos de Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Engenharia e Geografia. Disponível em: <http://nephu.sites.uff.br/>.

ⁱⁱⁱ Conforme Amaral (2018, p.246) a precarização do trabalho e da vida social remete à “expressão dos processos de exploração a que estão submetidos os trabalhadores na sua relação com o capital. Vincula-se, portanto, ao núcleo estrutural do capitalismo que vem transformando radicalmente os modos de ser e de viver das classes trabalhadora”.

^{iv} A Acumulação Primitiva” que entre os séculos XV e XIII representou o divórcio do produtor direto dos seus meios de produção forma uma volumosa reserva de força de trabalho (o proletariado) a ser comprada pela burguesia. (MARX, 2005).

^v “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde” Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em: 08.08.2021

^{vi} O conceito de gentrificação se refere aos processos de segregação da população de uma área devido a especulação imobiliária, nas grandes cidades. Para mais informações ver: Smith (2006).

^{vii} O conceito de Retrofit é apresentado pela Prefeitura de Niterói como uma ação necessária que irá requalificar o centro da cidade, através de intervenções nos imóveis já existentes e obras no espaço público, com o objetivo de fomentar a economia e atrair habitação.

^{viii} O Déficit Habitacional apresenta a soma de moradias caracterizadas como domicílios precários, coabitação e domicílios com elevados custos com aluguel consistindo em cinco (sub)componentes: “(i) domicílios rústicos; (ii) domicílios improvisados; (iii) unidades domésticas conviventes déficit; (iv) domicílios identificados como cômodos; e, (v) domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020b). Disponível em http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Cartilha_DH_compressed.pdf. Acesso em: 18.08.2021.